

**ATA DA 61ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

**DATA:** 25 E 26/05/2004

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Ministério de Minas e Energia: (ausência)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonáli@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)  
Comitês: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.com.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)  
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Machado (astec@abes-dn.org.br)

**CONVIDADOS:**

Adriana Trojan – AES Uruguaiana (adriana.trojan@aes.com)  
Ailton F. da Silva Jr. – MRS Estudos Ambientais (ailton@mrsdf.com.br)  
Carlos Felipe de Andrade Abirached – OAB/Taubaté-SP (cafe\_aa@yahoo.com.br)  
Demetrios Christofidis – Min. Integração Nacional (christofidis@unb.br)  
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)  
José Luiz Simionato – AES Tietê (jose.simionato@aes.com)  
Luciano Meneses Cardoso da Silva – ANA (lmeneses@ana.gov.br)  
Marcelo de Deus Melo – CEMIG (mdeus@cemig.com.br)  
Marcelo Roberto Rocha de Carvalho – Furnas (mrrcarv@furnas.gov.br)  
Maria da Glória Almeida Teixeira – Min. Integração Nacional (maria.teixeira@integracao.gov.br)  
Martha von Borstel Sugai – ANA (martha.sugai@ana.gov.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Semiramis Biasoli – SRH/MMA (semiramis.biasoli@mma.gov.br)  
Silas Vieira – Duke Energy (svieira@duke-energy.com)  
Tatiana Rehder – WWF-Brasil (tatiana-rehder@hotmail.com)

**RELATOR:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 25/05/2004

**Início:** 9h50

**Término:** 17h40

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de maio de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 61ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Noticiou sobre a aprovação do texto da Medida Provisória nº 165, de 2004, que trata das entidades delegatárias das funções das agências de bacia e os respectivos contratos de gestão. A Sra. Ninon Machado (ONGs) parabenizou pelo esforço conjunto empreendido na aprovação da MP conforme apresentada originalmente, destacando a sua importância para a gestão compartilhada e descentralizada dos recursos hídricos. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 60ª reunião. A ata foi aprovada com modificações propostas pela Sra. Ninon Machado (ONGs) e Sr. Marcelo Carvalho (Furnas), além da encaminhada pelo Sr. Décio Michellis, Presidente da CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Para a parte da ata referente à reunião conjunta com a CTCOB (linha 200 até final) foi solicitado o aguardo de contribuições,

conforme acordado no âmbito da CTCOB quando da aprovação do mesmo trecho. Em prosseguimento, pela pertinência dos temas, foi proposta a análise conjunta dos itens 3 e 4 de pauta: elaboração de proposta de composição, conforme manifestações recebidas pela Secretaria Executiva (**Anexo II**), para as seguintes Câmaras Técnicas: Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM; Assuntos Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou os critérios já adotados anteriormente para a elaboração de propostas de composição de Câmaras Técnicas no âmbito da CTIL: manifestação de interesse; proporcionalidade entre governo federal, governos estaduais, usuários e sociedade civil; afinidade com o tema da Câmara; análise de frequência anterior, quando couber. Solicitou em seguida a adição de mais dois pretendentes para as vagas da CTEM: Ministério da Fazenda e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Partiu-se inicialmente pela definição de proposta para a CTIL. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) lembrou que o segmento das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário havia sido substituído na composição da CTIL nesse mandato atual, em função de faltas. A Sra. Ninon Machado (ONGs) fez ressalva com relação à consideração de faltas para a representação das ONGs, que estão no aguardo da formalização da alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, que permitirá o custeio da participação nas atividades do CNRH. Após debates, a proposta de composição para a CTIL ficou conforme **Anexo III**. Foi abordada em seguida a proposta de composição para a CTPNRH. Durante os debates, a Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou ressalva para a ausência e o desinteresse manifestados pelo Ministério do Planejamento, em especial para a CTPNRH. Destacou também a importância das comissões regionais para a discussão de propostas ao Plano Nacional, que demonstram um processo saudável de gestão participativa. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) lembrou que as possibilidades de novas contribuições devem ser consideradas na elaboração das propostas. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) destacou que a CTIL sempre se prima pela consciência democrática e participativa na elaboração de propostas de composição para as câmaras técnicas. A Sra. Sonáli Cavalcanti (Concessionárias de geração hidrelétrica) ressaltou a necessidade de se considerar a distribuição regional no atendimento aos pleitos dos conselhos estaduais. A questão das faltas anteriores foi importante na definição da proposta para a CTPNRH, que ficou conforme **Anexo III**. Partiu-se então para a proposta de composição da CTEM. A Sra. Ninon Machado (ONGs) defendeu a participação do Ministério da Fazenda, que se dará através de representação, conforme expresso no expediente encaminhado, da Caixa Econômica Federal, importante órgão financiador, fomentador e implementador das atividades relacionadas à essa CTEM. Após debates, a proposta de composição para a CTEM ficou conforme **Anexo IV**. A Sra. Anna Virgínia (Organizações técnicas) solicitou registro que as organizações técnicas se sentiram prejudicadas por terem sido preteridas na proposta para a CTEM. A proposta para a CTCOB foi discutida em seguida e ficou conforme **Anexo III**. Uma vez atendidos os itens 3 e 4 da pauta, foi proposta pausa para almoço às 12h15. O retorno ocorreu às 14h50, com a abordagem do item 5 de pauta: continuidade da discussão sobre propostas ao PL nº 1.616, de 1999, que dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que os debates ocorreriam com base na versão denominada 13/abril/2004 B (**Anexo V**), que trazia em vermelho as novas propostas encaminhadas pela ANA e, em azul, as propostas anteriores ainda pendentes de definição. Dentre essas últimas, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou os artigos 48 e 43, motivo de debate na reunião conjunta com a CTCOB. Na ocasião, esclareceu, ficou definido que a SRH/MMA e a ANA elaborariam, no âmbito da CTCOB, nota técnica subsidiando proposta para a definição de novos percentuais de aplicação dos recursos oriundos da cobrança no custeio da implementação do SINGREH. Disse que havia recebido Ofício do Presidente da CTCOB (**Anexo VI**) informando sobre a falta de tempo hábil para consecução da nota técnica em questão e solicitando um novo prazo de 90 dias. Houve concordância dos membros presentes com relação à extensão do prazo; entretanto, foi solicitado que houvesse empenho para diminuição dos pretendidos 90 dias. Com referência ao PL nº 1.616, a Sra. Ninon Machado (ONGs) defendeu a expressa incorporação da questão da união, da articulação e da gestão compartilhada dos recursos hídricos, princípios fundamentais da Lei nº 9.433, de 1997. A Sra. Sonáli Cavalcanti (Concessionárias de geração hidrelétrica) lembrou que debates sobre esse tema já haviam ocorrido anteriormente no âmbito desta Câmara. Disse que os preceitos supracitados já estariam resguardados no bojo da Lei nº 9.433, de 1997, estando evidentes as dificuldades para sua efetiva implementação.

A Sra. Patrícia Boson (IBRAM) observou que, por definição, o princípio da articulação estaria presente no âmbito dos comitês de bacia. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) reforçou a presença na Lei nº 9.433 dos preceitos em questão, que atuariam de forma a contribuir para o acesso da sociedade, e não apenas dos Estados, no processo decisório da gestão de recursos hídricos. O Dr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que a articulação é a essência do SINGREH, mas que, entretanto, tem se tornado seu grande problema. Também destacou que o comitê, órgão colegiado que ocupa a base do mesmo sistema, tem a competência para exercer tal incumbência. Opinou que apenas incluir a articulação na legislação não resolveria, sendo necessário o estabelecimento de mecanismos concretos e efetivos que a possibilitem. Foi obtido consenso da necessidade de inserção de artigo sobre a questão da articulação. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) externou sua preocupação com a questão da representatividade, ou a qualificação de uma representatividade. Dito isso, propôs que ficasse a cargo da Sra. Ninon Machado (ONGs), Sra. Patrícia Boson (IBRAM) e Sr. Fernando Rodrigues (Comitês), além de solicitada a colaboração de todos, na elaboração de proposta de artigo abrangendo o tema da articulação, observados os tópicos a seguir: articulação abrangente, com envolvimento da sociedade civil; mecanismos para sua efetivação; cobrança aos representantes. As propostas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva, que se encarregará de distribuí-las no intuito de fomentar os debates. Partiu-se então para o debate das sugestões ao PL nº 1.616 propriamente ditas. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) explicou que as sugestões encaminhadas pela ANA inseridas nessa versão do documento teriam o objetivo de melhorar a forma do documento, além de trazer também algumas questões técnicas. No restante do período da tarde desse primeiro dia de reunião foram debatidas as propostas apresentadas até a página 8 do documento versão 13/abril/2004 B. Ao final, em assuntos gerais, a Sra. Ninon Machado (ONGs) registrou que estava sendo celebrado, neste 25 de maio, o Dia da Indústria. Destacou a importante participação dos representantes desse segmento nos trabalhos do CNRH e suas Câmaras Técnicas e a satisfação da sociedade civil com o diálogo mantido, resultando em ganhos para o fortalecimento do SINGREH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) informou sobre documento encaminhado pelo Sr. Rodrigo Speziali (SRH/MMA) (**Anexo VII**) contendo informações sobre as legislações estaduais referentes a recursos hídricos, atualizadas em abril de 2004. Disse que a Secretaria Executiva iria disponibilizá-lo por e-mail para todos. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) noticiou a publicação do Atlas hidrográfico e hidrogeológico do Estado de Sergipe e se comprometeu a distribuí-lo na próxima reunião desta Câmara. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) por sua vez, noticiou o lançamento, no dia de amanhã, no Senado, do mapa da Mata Atlântica. Os trabalhos foram então encerrados às 17h40.

**DATA:** 26/05/2004

**Início:** 10h00

**Término:** 17h25

O segundo dia da 61ª reunião da CTIL foi aberto pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) às dez horas, quando foi feita a leitura do ofício encaminhado pelo Sr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da ANA, ao Ministro Guido Mantega (**Anexo VIII**). Em seguida, foram retomados os debates relativos ao PL nº 1.616, a partir do art. 8º da versão 13/abril/2004 B, item 5 da pauta. A Sra. Patrícia Boson (IBRAM) observou que os prazos citados no art. 8º e estabelecidos nos incisos I e II do art. 7º são passíveis de imprevistos e portanto sujeitos a decisões políticas; disse que a eficiência é necessária, mas que a segurança política também deve ser considerada. A Sra. Adriana Ramos (CERH-MG), por sua vez, informou que a publicação da concessão de outorgas de competência do IGAM obedece a ordem cronológica da entrada dos pleitos; opinou que a decisão da concessão de novos prazos não deveria ser atribuída ao órgão outorgante. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) defendeu que a questão de prorrogação de prazos para a concessão de outorgas tem caráter operacional, tendo base legal e não política. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) defendeu a prorrogação por prazos operacionais devidamente referendados pelo CNRH. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) se mostrou favorável à prorrogação por igual período. Ao final dos debates sobre o art. 8º, a proposta de redação foi definida conforme proposta da Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria). Durante os debates, O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) disse que, para o caso das propostas apresentadas e não acatadas, a ANA se sentiria no direito de apresentá-las novamente em outros momentos e outros fóruns. A Sra. Patrícia Boson (IBRAM) solicitou a palavra e lamentou que o representante da ANA teria dito que o CNRH não seria o fórum privilegiado da ANA para discussão do PL nº 1.616. Afirmou que, por sua vez, a CNI elegia esse fórum para tanto. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) também manifestou a sua discordância com as considerações do Sr. Reginaldo Miguel (ANA). Em contrapartida, o Sr. Reginaldo Miguel (ANA) solicitou registro que em nenhum momento havia dito que a ANA não considerava o

CNRH como o fórum adequado para o debate de temas ligados à Política Nacional de Recursos Hídricos. Em prosseguimento, os trabalhos do período da manhã transcorreram até a análise da sugestão para o art. 10, inclusive. Foi proposta pausa para almoço às 12h15. O retorno ocorreu às 14h50, a partir do art. 11 do PL. Durante os debates, foi solicitado à Secretaria Executiva que providenciasse a construção de documento do PL contendo os artigos conforme substitutivo do Dep. Gabeira acrescidas as sugestões apresentadas pela CTIL, livre das justificativas e outros adendos, objetivando proporcionar uma visão integral do documento final. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) se comprometeu a fazê-lo, além de providenciar a distribuição por e-mail. A Sra. Martha Sugai (ANA) compareceu à reunião para prestar esclarecimentos sobre a proposta de alteração do art. 18 do PL. Como não foi obtido consenso sobre o mesmo, foi solicitado a Sra. Martha Sugai (ANA) e ao Sr. Reginaldo Miguel (ANA) a elaboração, para a próxima reunião da Câmara, de uma nova proposta de redação, com a recomendação de que fosse dada ênfase para a reserva de disponibilidade hídrica, tomando-se o cuidado de não criar empecilhos ou normas para os planos de bacia. Ao final, foi alcançado o objetivo de se debater todas as propostas apresentadas pela ANA e contidas na presente versão do documento de sugestões ao PL. O documento produto desta reunião encontra-se em anexo (**Anexo IX**). Foi decidido que na próxima reunião terá início uma nova revisão restrita aos aspectos de forma, não de conteúdo, para o documento. Em assuntos gerais, o Sr. Jessé Costa (CERH-SE), referindo-se ao Ofício encaminhado pelo Sr. Jerson Kelman ao Ministro Guido Mantega, sugeriu ao representante da ANA que fosse estudada, e trazida para debate na CTIL, uma solução definitiva que não permitisse o contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou informações sobre a publicação da alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, que permitirá o custeio da participação das organizações civis nas atividades do CNRH, em atenção à decisão plenária do CNRH, tomada em junho de 2003. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o respectivo processo havia retornado da Casa Civil ao MMA trazendo novas solicitações e requerendo posterior encaminhamento ao Ministério do Planejamento. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) ponderou que, uma vez efetivada a alteração do Decreto, deveriam ser criadas regras para disciplinar a participação prevista, inclusive com a edição de uma resolução a respeito. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou então ao Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) que prestasse informações sobre seminário, ocorrido em abril próximo passado, na cidade de Brasília, sobre a bacia do Prata. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o programa em questão se chama "Programa Marco" e tem suas regras acertadas entre os países participantes. Esclareceu que o seminário faz parte de um cronograma pré-estabelecido pelo Programa. Informou que a participação da sociedade é atividade prevista no Programa e sua forma está sendo atualmente desenvolvida através da consultora Suzana Cabezas. O Sr. Maurício Andrés (ANA) questionou sobre o destino dado às sugestões de pauta para o CNRH, encaminhadas à Secretaria Executiva em atendimento ao Ofício CNRH nº 112/2003; propôs que as sugestões fossem tabuladas e trazidas para debate na próxima reunião da CTIL. Com a concordância de todos, ficou definido que o tema será assunto de pauta para a 62ª reunião. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) sugeriu que fosse feito convite ao Sr. Márley Mendonça, da SRH/MMA, para que fizesse apresentação abordando o PL sobre as Agências, com destaques para os pontos que se relacionam com a ANA, a avaliação da oportunidade de sua análise no âmbito da CTIL e da regulamentação da relação do CNRH e a ANA. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) propôs que fosse estudado o agendamento da reunião de junho desta Câmara em dias contíguos à CTCOB. Uma vez abordados todos os itens de pauta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, agradeceu o empenho e a presença de todos e, às 17h25, encerrou os trabalhos desta 61ª reunião.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovada parcialmente a ata da 60ª reunião da CTIL, no aguardo de prováveis modificações encaminhadas pela CTCOB;
- foram elaboradas propostas de composição, para posterior encaminhamento à Plenária do CNRH, das seguintes Câmaras Técnicas: Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM; Assuntos Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB;
- houve concordância dos membros presentes com relação à extensão do prazo solicitado pela CTCOB para apresentação de nota técnica subsidiando proposta para a definição de novos percentuais de aplicação dos recursos oriundos da cobrança no custeio da implementação do SINGREH, tema dos artigos 43 e 48 do PL nº 1.616; entretanto, foi solicitado empenho para diminuição dos pretendidos 90 dias;

- ainda sobre o PL nº 1.616, ficou a cargo da Sra. Ninon Machado (ONGs), da Sra. Patrícia Boson (IBRAM) e do Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) a elaboração de proposta de artigo abrangendo o tema da articulação;
- foi solicitado à Secretaria Executiva que providenciasse a construção de documento do PL contendo os artigos conforme substitutivo do Dep. Gabeira acrescidas as sugestões apresentadas pela CTIL, livre das justificativas e outros adendos, objetivando proporcionar uma visão integral do documento final;
- foi solicitado a Sra. Martha Sugai (ANA) e ao Sr. Reginaldo Miguel (ANA) a elaboração, para a próxima reunião da Câmara, de uma nova proposta de redação para o art. 18 do PL nº 1.616;
- foi alcançado o objetivo de se debater todas as propostas apresentadas pela ANA e contidas na versão de sugestões ao PL nº 1.616; ficou decidido que na próxima reunião terá início uma nova revisão restrita aos aspectos de forma, não de conteúdo, para o documento;

Ata aprovada na 62ª reunião da CTIL, realizada em 15 e 16 de junho de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
Relator